



Entrevista com o engenheiro químico e ambiental
José Maria de Mesquita Junior.

Página 8



Roquiran Miranda Lima

Conheça o COMITÊ DE BACIAS

O que é, o que faz e como
estamos?

Os CBHs são os Comitês de Bacias Hidrográficas (instituídos por lei e funcionam como um colegiado) e fazem parte do Sistema Nacional de Recursos Hídricos e dos Sistemas Estaduais. A CEDAE tem participação efetiva em quase todos os comitês de bacias do Rio de Janeiro, com exceção do Comitê da Bacia da Ilha Grande. Já que a matéria-prima da Companhia é a água, é de suma importância que esteja representada na maior parte dos comitês. Quem explica mais sobre o assunto é o engenheiro Jaime Azulay, há 41 anos na CEDAE e atualmente presidente do Comitê de Bacias da Baía de Guanabara, além de assessor de Representação Corporativa da Presidência da CEDAE.

Página 4

Página 3

INVESTIMENTOS DE RISCO

Em entrevista exclusiva, Roquiran responde sobre temas de interesse relativos à PRECE e sua gestão.

Conselheiro deliberativo eleito da PRECE, Roquiran Miranda Lima tem uma vasta experiência no setor sindical e por conta da prática, estudou a fundo um tema de interesse dos funcionários da CEDAE: a previdência complementar.

É membro fundador da Associação Nacional dos Participantes dos Fundos de Pensão (Anapar). Ao longo dos anos, se tornou um especialista na área. Em entrevista exclusiva na página 4 e 5, Roquiran fala de um assunto que

gerou polêmica para os participantes da PRECE: a deliberação para investimentos de risco, no polêmico Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC.

ETE Alegria dá exemplo

O engenheiro Miguel Freitas Cunha, responsável pela Gerência de Tratamento de Esgotos (GTE), fala do grande exemplo que a ETE Alegria se tornou, ao transformar esgoto em água limpa. No caso, a matéria-prima é recebida de uma população de mais de um milhão de pessoas: o esgoto é coletado no Centro, Tijuca, Maracanã e áreas da Leopoldina e passa por um processo de transformação digno das grandes indústrias. Há várias etapas

para as fases que mudam o perfil de uma estação para tratamento de efluentes em algo que tem conexão com a palavra saúde. Segundo Miguel, “a saúde e a integridade do meio ambiente - nosso produto final - não possuem embalagem, não têm rótulo e não são vendidas nas lojas, mas podem ser produzidas em esca industrial e ser produtos de uma visão administrativa moderna”. Conheça todo este processo na página 06.



Página 2

A nova CEDAE
e o PCCS

Página 7



História Viva:
entrevista com
Aloísio Clóvis
dos Reis

Página 5



Mulheres
que fazem:
Elas são um presente
para a CEDAE.
Nesta edição, você
vai conhecer Maria da
Conceição da
Silva Fernandes

Página 6

expo
aseac
UNICEDAE2014

09-11 abril 2014
Centro de Convenções Sulamérica

Informações e vendas:
FAGGA | GL EVENTS

Rio de Janeiro São Paulo
Tel: (21) 3005-3100 Tel: (011) 3044-4410

expoaseac@fagga.com.br
www.expoaseac.com.br

Editorial

Somos todos responsáveis por esta história



Somos pródigos em manifestarmos nossas opiniões em pequenos grupos de pessoas com as quais temos maior proximidade, mas, dificilmente, essas opiniões são externadas em horizontes mais amplos. Assim, boas propostas ficam confinadas a pequenos guetos, não criando massa crítica para serem postas em execução.

Infelizmente existe o pensamento - "Para que vou me manifestar! A "CEDAE" não vai ligar!"

Aqueles que realmente desejam que as coisas aconteçam não podem pensar de forma tão curta assim. É simples enumerar motivos para condenar aquela forma de pensar.

Primeiro: Ao falar "CEDAE", a quem esta pessoa está se referindo? Aos acionistas da Companhia? Ao Conselho Diretor? Ao Diretor Presidente? Ao Colegiado de Diretores? Quem é esta "CEDAE"?

Segundo: Por menor posição que essa pessoa ocupe na hierarquia da CEDAE, tenha nível universitário ou não. Por acaso ela também não é "CEDAE"? POR ACASO UM DEDO NÃO FAZ PARTE DO CORPO?

Em uma praça no Centro de Curitiba existe uma lápide com uma inscrição que, embora com outras palavras, transmite uma idéia

que cai perfeitamente para o momento.

TODOS. Por ação ou omissão. Por incentivo ou descaso. Somos responsáveis pelos fatos da história.

Não tem jeito. Por termos feito ou por termos nos escondido, nos omitido, somos responsáveis pelos acontecimentos. Então colegas, ao invés de simplesmente criticar, é melhor participar para que as coisas saiam o mais próximo daquilo que julgamos o melhor e o correto. Acreditamos que não exista outra forma de ter a consciência tranqüila se, pelo menos, não tentamos tentado cumprir com o nosso dever de buscar o melhor.

Assim como a "CEDAE" não é apenas um ou uns poucos, também não existe uma "ASEAC". A ASEAC não é apenas seus Diretores e Conselheiros. A ASEAC somos todos nós associados. Sem exceção!

Seguindo esse raciocínio, certos do compromisso de participar que cada associado traz dentro de si, reeditamos o espaço SE ESSA RUA FOSSE MINHA. Este espaço será um local para os associados darem voz as suas idéias. Um lugar onde possam apresentar alertas, comentários ou sugestões que venham propiciar a melhoria da ASEAC, da CEDAE, da PRECE, da CAC ou o crescimento técnico e gerencial dos associados da ASEAC e demais empregados da CEDAE.

Estamos ansiosos pela sua participação para que possamos publicar e popularizar boas ideias que, por razões muitas vezes desconhecidas, não são divulgadas e, por isso, desperdiçadas.

Participe! Contamos com você, com a sua ação. Lembra! Você também é a ASEAC!

A CEDAE, A NOVA CEDAE e o PCCS

A ASEAC em seu jornal de janeiro de 2010, de maneira jocosa, com um artigo denominado "O PCCS, A CEDAE E A PRÓS-TATA DO PAPAÍ", procurou chamar atenção para o descaso com que as sucessivas administrações vêm tratando os recursos humanos na CEDAE. Isso foi feito comparando como a forma que o pai de um colega adia sua operação de pró-tata era semelhante a que as administrações protelavam a implantação do PCCS - Sempre arranjando motivos e desculpas para não fazer. Lançava na ocasião um alerta sobre a morosidade da CEDAE para tratar de um assunto tão relevante e de vital importância para nossa sobrevivência. Já se passaram três anos da publicação deste artigo e nada aconteceu, a não ser o agravamento de uma situação, que só traz prejuízos enormes a NOVA CEDAE, porque de Nova, neste caso, não tem nada. Poderíamos dizer até que a VELHA CEDAE era bem melhor neste aspecto, pois tinha um PCCS, que, se não é o melhor, pelo menos seria capaz de resolver muitos dos problemas enfrentados nos dias de hoje. Pior que não termos uma solução para o NOVO PCCS é não termos nada, uma vez que o PCCS "vigente" sequer é respeitado. Profissionais de nível universitário com mais de 20 anos de carreira continuam como profissionais juniores. As avaliações que deveriam ser feitas para as progressões vertical e horizontal não acontecem e a maioria dos trabalhadores ainda está na letra "A" como iniciais de carreira. Tudo isto sem contar a falta de uma política de recursos humanos capaz de prover a mão de obra necessária para manter um quadro básico que sustente a qualidade dos serviços presta-

dos pela CEDAE, provocando uma imperativa necessidade de desvios de função para que, em muitos casos, não ocorra a descontinuidade na prestação dos serviços. O resultado disto não poderia ser diferente: Um quadro de funcionários sem confiança nas propostas da empresa e sem perspectivas, a dificuldade de manter os novos concursados (como relatado em nosso último jornal), e um enorme passivo trabalhista.

A NOVA CEDAE ignorou as propostas de empresas que foram contratadas para estudar o assunto, como foi o caso da HOYLER e da DELOITTE. Desfez o comitê paritário e, mesmo quando o restituiu, não conseguiu apresentar propostas capazes de gerar credibilidade. Contratou um profissional para tratar do assunto e mesmo assim continua sem apresentar propostas.

Ao longo destes últimos anos acordos coletivos com as entidades representativas de classe vêm sendo assinados e continuamente ignorados.

A CEDAE alegou durante muito tempo problemas com a PRECE, que, acreditamos, já foi solucionado. Alegou falta de recursos, mesmo noticiando lucro e pagando dívidas de quase dois bilhões. No momento não sabemos qual o motivo que nos leva a esta situação caótica, e pior, não vemos nenhuma evidência de que isto será solucionado.

Já se vão 22 anos desde a implantação do PCCS "vigente" e os trabalhadores ainda navegam em um mar de incertezas sem saber a quem recorrer para ter seus direitos respeitados. Direitos estes documentados e registrados no Ministério do Trabalho. Os recursos solicitados por via administrativa

são simplesmente ignorados. Não têm resposta. Cabem aí duas perguntas: Enquanto o NOVO PCCS não sai do papel, porque a CEDAE não cumpre o que preconiza o plano atual? Qual a argumentação para o descumprimento de um plano implantado e registrado no MT?

O que está claro para todos, e acreditamos que também esteja para a Direção da empresa, é que esta situação não pode perdurar. Não podemos viver de promessas, precisamos de propostas concretas e soluções que promovam a valorização de nossos trabalhadores. O PCCS É UMA QUESTÃO DE RESPEITO AO TRABALHADOR. E É URGENTE.

Errata jornal ASEAC ano XIX, número 01, janeiro/fevereiro de 2013.

PÁGINA 3 – MATÉRIA PRECE reduz custos
Onde se lê "a CEDAE deposita sua parte em juízo" leia a CEDAE vem provisionando mensalmente no seu balancete os recursos referente a sua parcela para o equacionamento do déficit do Plano Prece I por força da decisão judicial que impede qualquer contribuições das partes: participantes e Patrocinadora CEDAE

PÁGINA 5 – MATÉRIA IPO
1 – GRAFIA
Onde está grafado FDIC leia-se FIDC (Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios)

2 – ACERTO DE PERCENTUAL
ASEAC: O senhor considera que o FIDC nos moldes em que foi executado foi adequado?
Renato Prates: Sim, antes a taxa de juros era de 25% ao ano. Com a constituição do FIDC, caiu hoje para 10% ao ano e só isso já é uma grande vantagem.

3 – ERRATA
ASEAC: O senhor considera que o FIDC nos moldes em que foi executado foi adequado?
Renato Prates: Sim, antes a taxa de juros era de 25% ao ano. Com a constituição do FIDC, caiu hoje para 10% ao ano e só isso já é uma grande vantagem.

Associação dos Empregados de Nível Universitário da CEDAE
Rua Sacadura Cabral, 120, Sala 802, Centro
Rio de Janeiro - RJ
Telefone: 2263-6240
Telefax: 2253-7482
E-mail: aseac@aseac.com.br
Home Page: www.aseac.com.br

DIRETORIA EXECUTIVA
Diretor Presidente
Flávio de Carvalho Filho
Diretor Vice-Presidente
Edes Fernandes de Oliveira
Diretor Administrativo
Edson Reis da Silva
Diretor Financeiro
Sidney do Valle Costa
Diretor de Comunicação
Jussara Seia Ferreira
Diretor Técnico
Sérgio Pinheiro de Almeida
Diretor Social
Reynaldo de Souza Dutra
Diretor Jurídico

Aloysio Gomes Feital Filho
Diretor Adjunto
Miguel A. F. Y. Fernández
Conselho Diretor – 2012/2014
Administradores:
Luziete Francisca da Silva
Advogados:
Sylvana dos Santos Moreira
Analistas:
César Lima da Graça
Aposentados:
Jorge Rodrigues Leitão
Sivaldo Sílvio Moreira
Arquitetos:

Luís Oscar Mota Belmont
Contadores:
Sérgio Pereira
Economistas:
Leonardo Mattos Duarte Silva
Engenheiros:
Carlos Alberto Pereira Guina
Maria Inez Norys Tibério
Marcelo Dibe Rodrigues
Elvira Cesar Guedes de Moura
Marcos Tadeu de Oliveira
Márcia Andréa de S. Borges
Geólogos:
Paulo Roberto Cruz Soares
Matemáticos:
Fabrício José Terra Pires

Professores:
Ricardo José de A. Marinho
Psicólogos:
Márcia Regina de O. Azevedo
Conselheiros Natos
Antonio Ignácio da Silveira
Emy Guimarães de Lemos
Walny Bittencourt de Oliveira
João Carlos do Rego Pinto
Renato Lima do Espírito Santo
Carlos Henrique S. Menezes
Jaime Dutra Noronha
Dario Mondego
Paulino Cabral da Silva
Flávio Guedes de Medeiros



Jornal da ASEAC

Expediente

Luiz Alexandre Sá de Faria
Conselho Fiscal – 2011/2013
Efetivos:
Emy Guimarães de Lemos
Altamir Pereira Nunes
Frederico Menezes Coelho
Suplentes:
Iones Mendes Hotz
Marcus Túlio Abreu Aguiar

Jornalista responsável:
Luciana Bassous Pinheiro (MTB 51160)

Fotografia: Marcelo de Jesus
Editoração: Claudio Partes e Natália Espindola
Realização: Trixxcom Comunicação

TIRAGEM: 2.000

Este jornal é um dos principais canais de comunicação com os associados da ASEAC e não possui fins lucrativos. Para sua viabilização, a nova diretoria buscou o apoio publicitário de pessoas jurídicas, a quem agradece de antemão a colaboração. Para ser um colaborador, entre em contato com a ASEAC e faça parte desta rede de informação. A distribuição é dirigida a associados da ASEAC, funcionários da Cedae e a uma seleta mala direta de instituições parceiras, públicas ou privadas. O Jornal ASEAC não se responsabiliza pelas opiniões de terceiros retratadas nos artigos e matérias.

Comitê de Bacias

O Que é, o que faz, como estamos?



A crescente deterioração na qualidade das águas de nossos rios, o desmatamento das matas ciliares e vales, a ocupação desordenada nas margens de rios e lagos, vem interferindo muito na vazão das nascentes, gerando problemas de desabamentos e inundações. Isso impõe uma urgente ação de recuperação para a garantia da produção de água e da vida, bem como a segurança da população.

A atual Política de Recursos Hídricos, tem como enfoque a introdução de mecanismos modernos na administração pública a partir da descentralização das competências de gestão e a oportunidade de planeja-

mento ecológico / econômico e democrático.

Comitês de Bacias Hidrográficas (CBH) são colegiados instituídos por Lei, no âmbito do Sistema Nacional de Recursos Hídricos e dos Sistemas Estaduais. Foi criado pela Lei 9433 de 1997 com o objetivo de discutir e deliberar nas reuniões dos diversos comitês, as propostas dos projetos e obras no âmbito da Bacia hidrográfica que são definidas com base nos planos de Bacias; promover debate de questões relacionadas aos recursos hídricos e atuar entre as entidades intervenientes; solucionar os conflitos relativos ao uso da água; estabelecer mecanismo

de cobrança pelo usos dos recursos hídrico e sugerir os valores a serem cobrados; promover a harmonização dos usos múltiplos da água entre outras. Considerados a base da Gestão Participativa, Integrada e Descentralizada da Água, têm papel deliberativo e são compostos por representantes do Poder Público, da Sociedade Civil e de Usuários de Água e podem ser oficialmente instalados em águas de domínio da União e dos Estados. Existem comitês federais e comitês de bacias de rios estaduais, definidos por sistemas e leis específicas.

A outorga é um dos instrumentos da política de recursos hídricos, de acordo com a lei estadual nº. 6.945/1997, que controla o uso quantitativo e qualitativo da água, este instrumento antecede o licenciamento ambiental, conforme a resolução nº. 237/1997 do CONAMA.

Jaime Azulay está na CEDAE há 41 anos, é oriundo da SANERJ, engenheiro de carreira, já ocupou diversas chefias na CEDAE, dentre elas Chefias de Serviço na área de operação e manutenção como Chefe dos Distritos de Nova Iguaçu e Campo Grande. Foi Assessor da Diretoria de Obras, foi também responsável pela Chefia de Divisão do antigo Prosanear e pela Chefia do serviço

de fiscalização do PSBJ. Atualmente Assessor de Representação Corporativa da Presidência.

ASEAC: Qual a sua função no Comitê de Bacias atualmente? Atualmente estou como Presidente do Comitê de Bacias da Baía de Guanabara e acumulando em nome da CEDAE, o cargo de Diretor Administrativo do Comitê Lagos São João, Conselheiro representante da CEDAE no Conselho Estadual de Recursos Hídricos, Conselheiro titular do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, e Presidente do conselho fiscal da AGEVAP.

ASEAC: Qual a participação da CEDAE no Comitê de Bacias? A CEDAE atualmente tem presença efetiva em todos os comitês de Bacias do Rio de Janeiro, com exceção do Comitê de Bacia da Ilha Grande, ocupando vários cargos de direção tais como: Diretoria Executiva do Comitê Guandu através do Engenheiro Julio Antunes da ETA Guandu (DG), a Diretoria Administrativa do Comitê do Baixo Paraíba através da Sra. Vanuza Mota da Fonseca (DI), e a Vice Presidência do Comitê Médio Paraíba do Sul e CEIVAP o engenheiro Sandro Coutinho (DI) e a Presidência do Comitê do Piabanha com o Sr. José Carlos Porto (DI).

ASEAC: Quais os investimentos feitos pela CEDAE nesta área? Como a nossa matéria prima é a água, a importância dos Comitês de Bacias é vital na gestão macro dos recursos hídricos, para tanto, a Presidência da CEDAE, vem investindo procurando fornecer infra estrutura aos seus empregados permitindo que os mesmos possam participar e desempenhar sua representação levando o seu conhecimento técnico e com isto trazendo uma visibilidade para CEDAE e seu corpo técnico perante todos os órgãos públicos, dentro do estado do Rio de Janeiro, fora dele e internacionalmente. Não podemos nunca esquecer que Água é vida.

A CEDAE contratou a elaboração do Projeto Básico de Esgotamento Sanitário dos seguintes municípios, situados na Região Hidrográfica do Guandu: Queimados, Nova Iguaçu, Seropédica, Paracambi, Miguel Pereira, Itaguaí, Pirai e Barra do Pirai. O valor total do contrato é de R\$ 12.809.139,08, financiados pelo Comitê de Bacia Hidrográfica do Guandu, da Guarda e Guandu Mirim, com recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FUNDRHI. A previsão de conclusão dos projetos é Julho de 2013.



5ª MOSTRA DE TECNOLOGIA E EQUIPAMENTOS PARA SANEAMENTO AMBIENTAL
5º ENCONTRO TÉCNICO DOS EMPREGADOS DE NÍVEL UNIVERSITÁRIO DA CEDAE.

09-11 abril 2014
Centro de Convenções Sulamérica

PARTICIPE DO MAIS IMPORTANTE EVENTO DE SANEAMENTO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Informações e vendas:
FAGGA | GL EVENTS

Rio de Janeiro São Paulo
Tel: (21) 3035-3100 Tel: (011) 3044-4410

expoaseac@fagga.com.br
www.expoaseac.com.br

REALIZAÇÃO:



PROMOÇÃO E ORGANIZAÇÃO:

Fagga | exhibitions

Entrevista

Roquيران Miranda Lima

Aposentado há três anos do setor de manutenção de máquinas e equipamentos da CEDAE, Roquيران Miranda Lima frequentou os meios sindicais durante sua vida de trabalho. Nessa militância acabou se especializando nos estudos e avaliações sobre Previdência Complementar. Esse é um setor que preocupa a maioria dos trabalhadores, porém poucos se interessam ou se dedicam a compreender a fundo as questões que envolvem o regime geral de previdência, o INSS ou ainda a complementação da previdência privada. É membro fundador da Associação Nacional dos Participantes de Fundo de Pensão (Anapar) e já atuou no setor previdenciário em vários sindicatos vinculados a área de água e esgoto.

Conselheiro deliberativo eleito da PRECE, Roque, como é mais conhecido, já está na metade de seu segundo mandato à frente deste que é um órgão de grande importância para os funcionários da CEDAE, pois é responsável por apreciar e deliberar sobre as mais importantes decisões a respeito da previdência complementar. Atualmente cerca de 12 mil participantes da PRECE estão vinculados a algum dos 4 planos oferecidos pela Entidade. Em entrevista exclusiva ao jornal da ASEAC, Roque responde sobre temas de interesse relativos à PRECE e sua gestão.

VISÃO GERAL

ASEAC: Qual a sua avaliação sobre a situação da PRECE hoje?

Roque: De forma geral, dentro de suas possibilidades, a Prece está sendo administrada de forma razoável. Há dificuldades geradas por fatores internos e outros não. Como fator interno cito as dificuldades em relação à interação com os participantes. Os conteúdos das informações são mal elaborados. A falta de um jornal com publicação regular e a sua superficialidade, quando é editado, representam um entrave na comunicação com os participantes. Um novo portal está sendo implantado com a perspectiva de maior interatividade. Certamente ainda alguém do ideal, mas superior ao antigo. É decisão do Conselho Deliberativo a criação de um meio mais eficaz de



tecnologia da informação que integre todos os setores da Entidade e os participantes, pois a PRECE atende a um grande número de beneficiários que não possui capacidade de se locomover com facilidade.

Quando aos planos, são quatro os planos operados e todos com características diferenciadas. Dois deles estão com dificuldades. Por exemplo, os Planos PRECE I e II tem uma estrutura de benefícios e custeio deficiente, já apresentando um sério risco de insolvência já para o ano 2017. Em termos previdenciários isso não é amanhã, é hoje. O grande volume de ativos de baixa liquidez representa um risco também para o Plano CV, porque estes ativos são compartilhados entre os três maiores planos e a liquidação dos ativos para atender ao Plano PRECE I geraria déficit também no Plano CV (atualmente superavitário). O Plano PRECE III conta com pouco mais de 200 (duzentos) participantes e pouco oferece aos participantes em termos de qualidade de benefícios.

O maior risco a que a PRECE está exposta é a insolvência do Plano PRECE I. Além do desastre social que seria na vida de aposentados e pensionistas, a hipótese de intervenção ou até a liquidação do Plano afetaria o funcionamento de toda a Entidade. Uma reabertura para migração daqueles que assim quisessem, é vital para o futuro da PRECE e de todos os beneficiários

dos vários planos operados pela Instituição.

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS

ASEAC: Tivemos notícia da sua importante participação para impedir que a PRECE realizasse um investimento no polêmico FIDC (Fundo de Investimento em Direitos Creditórios), que englobava uma arena esportiva sem bilheteria rentável e um terminal ferroportuário sem as aprovações legais para sua construção. Soubemos também que foi devido a essa sua participação e a seus relatórios sobre a situação de cada empreendimento que, na reunião do Comitê de Investimento, os diretores da Prece se manifestaram contrários. Diante disso, perguntamos:

ASEAC: Existe definição formal sobre o tempo mínimo para as propostas de investimentos serem apresentadas para análise dos membros do Comitê de Investimento?

Roque: As propostas precisam ser encaminhadas com antecedência mínima de 72 horas. Agora, depende muito da complexidade da proposta. Nesse caso específico, o relatório tinha uma série de inconsistências. Chamei, inclusive, a ASEAC: e outras entidades para expor o que estava acontecendo. Após a terceira reunião com o grupo, essas entidades representativas dos participantes, transformaram a indignação com o que estava

ocorrendo em um panfleto que comunicou ao grande público o risco de uma operação repleta de irregularidades.

ASEAC: Nesse caso específico, qual foi a antecedência que este material chegou para análise antes da data indicada para a decisão sobre a realização do investimento?

Roque: Esta proposta foi apresentada durante a reunião ordinária do Comitê Estratégico de Investimento, o que, por si, só já não obedece ao período previamente estipulado no Regimento do Comitê.

ASEAC: Existe um procedimento formal para a Diretoria de Investimento encaminhar as propostas ao Comitê de Investimento?

Roque: As propostas devem ser encaminhadas com a antecedência mínima já mencionada, acompanhadas de informações consistentes sobre a saúde financeira do receptor do investimento, a consistência do projeto e sobre as garantias do retorno do capital investido.

ASEAC: Nesse caso específico, esse procedimento foi cumprido?

Roque: Não, mas a fragilidade dos dados, a inconsistência das informações e as contradições dos representantes da entidade que se propunha a receber e administrar quarenta milhões de reais da PRECE, aplicados ao longo de quatro

anos, foram o bastante para derrubar a proposta.

ASEAC: Como foi a tramitação da proposta desse investimento entre a Diretoria de Investimento e o Comitê de Investimento? Ela foi encaminhada pelo Diretor de Investimento?

Roque: Esta proposta foi apresentada pelo Gerente de Investimento, sem encaminhamento formal da Diretoria responsável. O prazo curtíssimo, menos de uma semana para decisão e a informalidade da condução, deram a impressão de que havia pressão externa à PRECE para a concretização do investimento.

ASEAC: Se existe uma Diretoria de Investimento, esta não teria que encaminhar a proposta de investimento para o Comitê de Investimento com uma análise e parecer conclusivo sobre os riscos dos investimentos propostos?

Roque: Muitas coisas que deveriam acontecer, ou melhor, serem atendidas, não o foram. A pressa e a informalidade da proposta já acenderam de imediato uma "luz amarela", porém a falta de confirmação das informações prestadas sepultou quaisquer pretensões de aprovar uma proposta realmente absurda.

ASEAC: Houve uma recomendação ou, pelo menos, um alerta da Diretoria de Investimento de que este investimento, em particular, não deveria ser realizado?

Roque: Na realidade não. O esforço para aprovação ficou por conta dos representantes da VINCI PARTNERS. Internamente, se tentou revestir a recusa por conta da questão ideológica relacionada a operação da AP5 (operação do esgoto de parte da Zona Oeste do município do Rio de Janeiro por um consórcio privado).

AUTONOMIA DA DIRETORIA DE INVESTIMENTO

ASEAC: Existe uma autonomia da Diretoria de Investimento para a realização de investimento sem a prévia análise do Comitê de Investimento?

Roque: A Política de Investimentos ainda em vigor na PRECE é muito permissiva.

Vários níveis e formas de investimento podem ser decididos pelo Diretor de Investimentos só ou em conjunto apenas com o Presidente da PRECE. O Conselho Deliberativo constituiu uma comissão para elaborar uma nova Política de Investimentos que estabeleça controles, transparência e governança corporativa ao processo de aplicação de recursos pela PRECE.

ASEAC: Qual o limite desta autonomia, em percentual e em valores absolutos?

Roque: O limite desta autonomia vai até 4,9% dos recursos garantidores, porém a questão é mais grave. Deveria ser apenas um percentual sobre os recursos de cada plano, mas existe ainda uma forma de investimento consolidado que agrega tudo em um só percentual aumentando o risco. Quanto a valores absolutos, depende do plano. O patrimônio do Plano PRECE III é de cerca de dois milhões de Reais e o patrimônio de Plano PRECE CV é superior a um bilhão de Reais. Os percentuais aplicados sobre esses valores dão cifras muito elevadas.

ASEAC: O que o senhor acha o que deve ser feito a respeito desse limite?

Roque: Entendo que deve haver limite de alçada pessoal para investimentos em plataforma eletrônica e controle sobre ela. Todos os demais procedimentos devem ser

decididos de forma colegiada. Este e outros pontos da proposta devem ser seriamente discutidos nos fóruns das entidades representantes dos empregados e dos órgãos colegiados da PRECE.

MODIFICAÇÃO DO ESTATUTO DA PRECE

ASEAC: Em reunião convocada pelo presidente do Conselho da Prece, foi falado que a criação do Comitê de Auditoria não foi tratada nas reuniões prévias do grupo para estudo das modificações do estatuto e, que esta proposta só apareceu no texto definitivo. É verdade que o assunto passou despercebido pelos membros do conselho quando da aprovação das modificações do estatuto?

Roque: Quase tudo está correto. Agora, lembrando que também fui integrante da comissão de alteração do estatuto da PRECE, considero que parte da falha por não perceber essa modificação foi minha. Comi mosca em não perceber e contestar em tempo hábil na reunião do Conselho Deliberativo.

ASEAC: É verdade que o Comitê de Auditoria foi aprovado, mas não estão definidas as suas reais atribuições?

Roque: Sim. Essas atribuições não estão definidas, porque em nenhum momento prévio o assunto havia sido abordado.

ASEAC: Este tipo de comitê se aplica às entidades de previdência privada ou é conflitante com a legislação que rege estas previdências?

Roque: Não temos informações da existência deste tipo de órgão em nenhuma outra Entidade Fechada de Previdência Complementar. Entendo que existem conflitos no tocante ao texto legal e também às atribuições e funcionamento dentro da entidade.

ASEAC: A quem caberia custo deste comitê? Não seria um custo alto para Entidade, uma vez que ele teria atividades limitadas às auditorias e não atividades mais abrangentes na governança corporativa que é o que realmente a PRECE necessita?

Roque: Qualquer órgão ou dispositivo criado pela PRECE tem que ser custeado unicamente pela própria Entidade e isso eleva seu custo de administração. Quanto às atividades desse Comitê, na realidade, elas não foram ainda definidas.

INTERFERÊNCIA ENTRE PLANOS

ASEAC: Embora os planos BD (PRECE I, PRECE II) e CV sejam planos separados, como a não migração para o Plano CV interfere nos ativos geradores de recursos garantidores deste último?

Roque: Antes da migração existiam os Planos I e II deficitários. Para possibilitar a migração para um novo plano, os ativos desses planos foram contabilizados em cotas para que cada participante migrasse com uma parcela correspondente a sua própria reserva matemática. Assim

sendo, os participantes do plano CV têm cotas dos ativos que são comuns aos outros dois Planos. Por exemplo: O Teatro Municipal, o Terminal Menezes Côrtes, o Hauscenter e outros. Em caso de venda ou liquidação forçada para atender as necessidades dos planos antigos, o prejuízo resultante afetaria também as reservas do Plano CV.

DIRETORIA DA PRECE

ASEAC: Por que, ao invés de fundir a Diretoria Financeira com a Diretoria de Investimento, se resolveu fundir a Diretoria Financeira com a Administrativa? As duas primeiras não possuem assuntos mais afins e a Diretoria de Investimento não possui um custo elevado para PRECE?

Roque: Na maioria dos Fundos de Pensão, o modelo adotado são Diretorias Administrativas e Financeiras, sendo o setor de investimentos apenas uma Gerência dessas diretorias. Na PRECE, por determinação do Diretor Administrativo e Financeiro da CEDAE da época, foi criado o cargo de Diretor de Investimentos, com um perfil e requisitos definidos no Estatuto. Situação essa que impedia e ainda impede que o cargo seja ocupado por um participante dos quadros da CEDAE. A partir da efetivação da mudança estatutária em curso, esta vedação deve ser removida. Portanto, no momento, foi feito o que era possível e mais racional.

Nota da ASEAC

1 – A ASEAC em nome de seus associados expressa a preocupação que episódios como o deste FIDC voltem a acontecer e espera que as formalidades previstas para a realização de investimentos sejam cumpridas a risca, não importando os valores e indicações dos mesmos.

2 – Esperamos que as propostas do Conselheiro Roquiran quanto a limites de alçadas, procedimentos para realização e controle dos investimentos, sejam firmemente consideradas pela Diretoria da PRECE.

3 – Ficamos surpresos que nas discussões sobre as modificações no Estatuto da PRECE, a criação do Comitê de Auditoria, suas atividades e custeio, o assunto não tenha alcançado a amplitude suficiente, ao ponto de passar despercebido por um Conselheiro experiente.

4 – Considerando que, pelo menos uma das razões aventadas para redução do número de Diretorias da PRECE é a diminuição dos custos da Entidade, cabe à pergunta: Por que não se incorpora as atividades da Diretoria de Investimento na Diretoria Financeira, como em outras Entidades e, as da Diretoria de Segurança na Diretoria Administrativa?

MULHERES QUE FAZEM

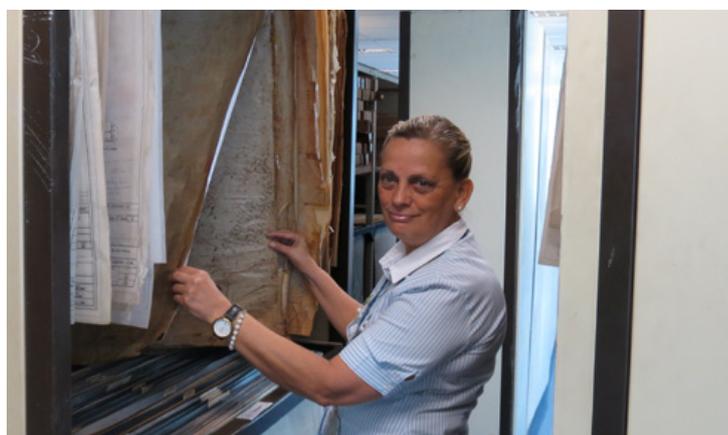
Elas são um presente para a CEDAE

Entrevista

Maria da Conceição da Silva Fernandes

Todo o mapeamento da rede da CEDAE está sob seus cuidados e isto não a amedronta, depois de 39 anos de trabalho na Companhia. Maria da Conceição da Silva Fernandes, 59 anos, é Gerente de Cadastro Técnico, mas já passou pelos cargos de auxiliar de apoio administrativo e de auxiliar técnico até chegar onde está. Construiu, ao longo de sua vida profissional, experiência suficiente para, muitas vezes, se servir da própria memória para ajudar os técnicos à procura de suas plantas cadastrais.

Mesmo não tendo pensado anteriormente em fazer carreira na CEDAE, ela diz que foi uma das melhores coisas que aconteceram na sua vida, e um dos motivos que a fez deixar a calmaria da Ilha de Paquetá, onde nasceu e sempre retorna para rever amigos e parentes. “Tenho boas lembranças de lá, dormia com as janelas e portas



abertas”, recorda, “mas não havia condições de trabalhar no Rio e morar lá”, avalia.

Bacharel em Letras, Conceição teve que cuidar cedo da família logo após a morte do pai, também funcionário da CEDAE e teve que fazer a opção entre ser professora ou fazer parte do quadro da CEDAE.

Três anos depois de passar na prova para admissão – na época não havia concurso público na Companhia – e de ser uma das 20 escolhidas, Conceição se casou. Hoje com dois filhos – a médica Carolina, de 33 anos e o engenheiro de telecomunicações Rafael, de 28 – Conceição diz que são os netos o novo estímulo. “Eles

são meus sonhos. Sementinhas importantes na minha vida”, revela, explicando que além de Vítor, de 4 anos, aguarda com carinho a chegada em breve de netos gêmeos bivitelinios, filhos de Carolina.

Falar em sementes, plantar e cuidar do jardim é outra paixão. Além das flores, berbalhas, cebolinhas, salsinhas e todo tipo de verde fazem parte do seu dia a dia caseiro, quando auxilia o jardineiro na pequena horta. Antenada com as notícias, programas de entrevistas também lhe chamam a atenção. No lazer, um bom filme é a companhia certa, além de sair com os filhos e curtir o carnaval carioca. Ativa, pratica hidroginástica e Pilates e mantém outra rotina que não abandona: a ajuda ao próximo. Conceição está sempre pronta para fazer campanhas de cestas básicas e de cobertor na CEDAE, como forma de se sentir responsável com a

vida. Católica frequentadora da Igreja Nossa Senhora de Mont Serrat em Santo Cristo, também procura manter laços com a comunidade onde a filha toca violão até hoje.

No Cadastro Técnico procura ajudar quem solicita as plantas cadastrais das redes de água e esgoto, dando a atenção necessária “Aqui há documentos datados de 1800, é a história do Rio na área de saneamento e a história da CEDAE passa por aqui”, diz, para logo em seguida complementar: “O mais importante é o atendimento, o respeito às pessoas, quero trabalhar bastante ainda, pois adoro o que faço, quero sempre estar presente. Minha vida foi permeada pelo trabalho, cuidei dos filhos, do marido, hoje cuido de mim mesma e sobra tempo para os outros”. Por esta razão, Maria da Conceição é uma das várias mulheres que são um verdadeiro presente para a CEDAE.

ETE ALEGRIA

Uma fábrica de saúde



Normalmente desvinculamos as atividades desenvolvidas no setor público das atividades do setor industrial, acreditando que o primeiro, fundamentalmente, oferece serviços sociais enquanto o segundo, bem diferente do setor público, preocupa-se com transformação de uma matéria-prima em um bem de consumo. Este pensamento está correto, entretanto, as diferenças, em alguns casos, não são tão evidentes.

Dentro do setor público, um exemplo de uma indústria é a Estação de Tratamento de Esgotos (ETE) Alegria. Sem distorcer os fatos e sem exagerar nas comparações, é fácil identificar a ETE Alegria como uma indústria que transforma uma matéria-prima (esgoto) em um produto final de alto valor agregado (água limpa). O esgoto tratado, de fato, poderá ser convertido em um bem a ser comercializado, entretanto devemos também considerá-lo como um produto mais nobre: saúde para a população do Rio de Janeiro e reposição de água limpa para o meio ambiente.

Seguindo o conceito de indústria, a nossa fábrica de saúde recebe a sua matéria-prima da população. O esgoto coletado nos bairros do Centro, Tijuca, Maracanã e áreas da Leopoldina, podendo abranger mais de um milhão de habitantes, é conduzido à ETE Alegria por meio dos ramais domiciliares, rede

coletora e coletores troncos, nesta ordem. Tal como ocorre em uma refinaria de petróleo, o fluido que chega deverá ser analisado nos laboratórios da ETE, seguindo procedimentos de controle de qualidade de matéria-prima semelhantes ao de qualquer indústria. A partir desta caracterização inicial, a matéria-prima será rastreada durante o seu processo de transformação, de forma a atender às exigências do mercado consumidor (meio ambiente).

Note, neste ponto inicial do artigo, que os termos industriais são perfeitamente aplicáveis ao ambiente operacional de uma ETE e, o seu uso indiscriminado nesta abordagem, doravante, visa apenas reforçar a idéia da fábrica de saúde.

A transformação da matéria-prima (esgoto) é caracterizada pela remoção de suas impurezas, convertendo os subprodutos gerados em material menos agressivo ao ambiente ou em outros produtos com valor comercial. Estas impurezas são constituídas por, principalmente, lixo, areia, material orgânico sedimentável e não sedimentável. A fábrica de saúde, portanto, deverá possuir os equipamentos necessários para a remoção de cada um destes constituintes.

O primeiro subproduto do processo de "fabricação de saúde" é o lixo urbano contido no esgoto, a ser retido em grades

no início da fábrica. As grades são dispositivos mecanizados que utilizam um rastelo (ancinho) para a remoção contínua do lixo nelas retido.

A segunda etapa do processo é a remoção da areia também contida no esgoto. Esta remoção ocorre pela sedimentação imediata das partículas de areia nos tanques denominados desarenadores. A remoção da areia, como toda as demais fases do processo, é mecanizada por meio de raspadores de fundo no tanque e roscas sem-fim para a transferência da areia do tanque para uma caçamba.

Nesta fase do processo de transformação ainda existem algumas impurezas não facilmente sedimentáveis e outras que irão boiar. A parcela sedimentável, caracterizada em grande parte por matéria orgânica, e o material flutuante, constituído por óleos e graxas, serão removidos nos decantadores primários. O material sedimentado, denominado lodo primário, será removido juntamente com o material flutuante, denominado espuma, para outro processo de tratamento voltado exclusivamente para os lodos.

Ao final desta etapa do tratamento, parte da matéria orgânica contida no esgoto não afundou nem flutuou. Como removê-la então?

Inicia-se agora o processo secundário do processamento da nossa matéria-prima, buscando remover a matéria orgânica remanescente por meio de processos biológicos. Entram em cena novos trabalhadores especializados - os microorganismos. Esses microorganismos se servirão como alimento da matéria orgânica que não afundou nem flutuou nos decantadores primários, crescendo e formando flocos de novos microrganismos facilmente sedimentáveis. Este processo ocorre em unidades denominadas tanques de aeração, constituindo um reator biológico. Os microorganismos, entretanto, não trabalham de graça, exigindo um suprimento ininterrupto de oxigênio, inexistente no esgoto.

Finalmente, a matéria orgânica não retida nos decantadores primários, é transformada

em material sedimentável nos tanques de aeração e recolhida nos decantadores secundários, produzindo o quarto subproduto, denominado lodo ativado (lodo biológico ou lodo secundário), resultando em uma eficiência global de remoção de impurezas da ordem de 95%.

A nossa indústria da saúde, preocupa-se com a qualidade do seu produto final sem desconsiderar os impactos negativos que poderão ser provocados pelos seus principais subprodutos gerados: lodo primário e lodo secundário. Este material é putrescível e deve ser adequadamente tratado antes da sua disposição final em aterros sanitários, juntamente com o lixo e a areia retidos no início do processo.

Na ETE Alegria os lodos são convertidos em material inerte em outros reatores biológicos denominados digestores. Os microorganismos presentes nestes digestores não exigem o fornecimento de oxigênio, porém são mais preguiçosos. Esta lentidão não compromete o processo de tratamento pois o volume dos lodos a serem tratados é infinitamente menor do que o volume de esgoto a ser tratado no mesmo intervalo. Nos digestores, grande parte dos lodos primário e secundário é convertida em água, gás carbônico, gás metano e material inerte.

Na nossa indústria todas as etapas dos processos de tratamento, ou de fabricação de água limpa, e o produto final são monitorados, com mão de obra própria, pelo laboratório de controle de qualidade da estação. Aliás, as atividades de operação e manutenção da fábrica também são inteiramente exercidas com pessoal próprio, respondendo por duzentos equipamentos que, atualmente, totalizam cerca de 10.000 cv - carga superior a muitos municípios do nosso país.

Percebe-se, então, que a ETE Alegria é realmente uma grande indústria da "holding" CEDAE, que também controla as fábricas: ETEs Penha, Ilha do Governador, Pavuna, Sarapuí, São Gonçalo, Barra da Tijuca e outras que virão.

Aceitando-se o fato que as nossas ETEs são fábricas, devemos nos despir de certos preconceitos e admitir a necessidade de uma visão empresarial para a gestão da nossa indústria e aplicá-la em nossas fábricas. Nesta concepção não devemos partir do princípio que o objetivo maior é unicamente o lucro financeiro para o seu dono como na iniciativa privada. Na nossa contabilidade, em uma empresa controlada pelo estado, o lucro financeiro deverá ser encarado como algo imprescindível à sustentação financeira da empresa e para o seu crescimento, porém o lucro social também é perfeitamente compatível com as regras empresariais vigentes. Neste contexto, longe de admitir uma solução privatista, a adoção de uma visão empresarial poderá abrir novas portas para a organização do nosso complexo de fábricas, permitindo a implementação de várias ferramentas imprescindíveis para a sua organização:

- planejamento estratégico, com definições de metas e índices de desempenho;
- análises financeiras de investimentos;
- centros de custo, com controle dos custos operacionais;
- políticas de recursos humanos, com capacitação e avaliação de desempenho; e
- políticas de suprimento e transporte, entre outras.

Em suma, o objetivo desta abordagem é explorar o fato de que não é feio, não é pecado e não dói adotar as melhores práticas de uma visão empresarial para as nossas atividades que, como visto, não difere significativamente de uma refinaria, de uma fábrica de refrigerantes ou de qualquer outra atividade industrial.

A saúde e a integridade do meio ambiente - o nosso produto final - não possuem embalagem, não têm rótulo e não são vendidas nas lojas, porém podem ser produzidas em escala industrial e ser produtos de uma visão administrativa moderna em indústrias controladas e gerenciadas pelo Governo do nosso Estado.

Miguel Freitas Cunha

Entrevista

Aloísio Clóvis dos Reis

O engenheiro civil Aloísio Clóvis dos Reis ingressou no serviço de águas do antigo Estado da Guanabara em 1962, ainda como estudante de Engenharia. Mesmo com as condições adversas na distribuição de água - muito inferior à demanda e com recursos escassos - trabalhar no setor, para ele, não foi castigo e sim prêmio. “Éramos um grupo de 50 universitários que tiveram a oportunidade de vencer grandes desafios. Não havia alternativa senão a união, a criatividade e a dedicação ao trabalho”. O Rio de Janeiro deixava de ser a capital do Brasil, agora em Brasília, para dar lugar ao então criado Estado da Guanabara. A mudança exigia uma verdadeira transformação dos serviços públicos, e dentro deste quadro é que os grupos de jovens formados ou estudantes foram contratados pela Sursan - Superintendência de Urbanização e Saneamento do Esta-



do. “Foi a época em que muita coisa foi criada na área de saneamento e nós sempre nos fortalecíamos com a ajuda de outros profissionais, trocávamos muito”, relembra Aloísio, que encontrou muitos de seus mestres da universidade atuando no comando do setor. “Junto com outros funcionários públicos, eles estavam entusiasmados com as modificações que se anunciavam e aconteciam”, completa.

Novas adutoras,

elevatórias e redes estavam sendo criadas. O sistema do Guandu, por exemplo, reconhecido como a “obra do século”, estava em andamento e alimentava as esperanças da população. Além disso, pequenas intervenções na Companhia em áreas como de recursos humanos - com formação e treinamento -, pesquisa e cadastro da rede de distribuição, centro de controle operacional, sistema comercial e processamento de dados foram sendo

delineadas neste momento. É com estes registros que Aloísio coloca sua memória a serviço desta seção, em que a história do saneamento fluminense revive nas palavras de cada funcionário participante da época, quando pequenas obras e ideias eram compartilhadas todos os dias. Em 1965, foi designado como engenheiro do Estado, por concurso, e ingressou na CEDAG, uma das primeiras empresas de águas do Brasil. Sua participação na atual CEDAE foi mais permanente nas áreas de operação e manutenção, como engenheiro operacional, onde iniciou nos Distritos de Água e teve a oportunidade de chegar a Diretor.

Aloísio dirigiu, ainda, a área de recursos humanos da CEDAG, e foi Superintendente da área comercial da CEDAE. Ao todo, contabilizou quase 40 anos de serviços dedicados à área de saneamento até se aposentar em

1998. Participante da PRECE, acredita que esta tenha que prover satisfatoriamente os aposentados. “Eu vivo da PRECE”, destaca e por isso elogia a matéria sobre a PRECE publicada pela ASEAC, da qual também foi diretor.

Para fazer a diferença entre a CEDAE atual e a do passado, ele se vale do conjunto de indicadores avaliando que muita coisa aconteceu - “passamos a ter o produto para distribuir, novos sistemas de rede, novas adutoras”, diz, lembrando que a preocupação atual coloca o meio ambiente como um importante fator a se considerar. “Temos que procurar recursos hídricos que possam abastecer o Estado, que a bacia do Paraíba ainda provê satisfatoriamente, mas devemos também nos preocupar com a qualidade da água. Esta é uma preocupação que tem que ser de todos”, avalia. Ele ainda

complementa com as frustrações dos profissionais, com a questão da perda de água no abastecimento: “o número de vazamentos, além das perdas não contabilizadas - é muito grande o que dificulta a solução”, explica.

Até hoje, Aloísio se encontra quinquenalmente com a mesma turma de engenheiros do início da CEDAE. É lá que as discussões sobre o sistema trazem não só saudosismo, mas demonstram que a experiência valeu a pena. “Acredito que o futuro da CEDAE é de crescimento, pois o povo não vive sem água. As melhorias e o desenvolvimento econômico só vêm com água ofertada e é por estas circunstâncias naturais que vejo a CEDAE crescer. Porém, o desenvolvimento de uma cidade é mais veloz do que os recursos para se resolver as questões de saneamento e aí vai estar sempre um grande desafio”, finaliza.

Inauguração do Novo Sistema de Abastecimento de Água de Campo Grande

Foto: Luis Wilton/Cedae

governador Sérgio Cabral

presidente da Cedae Wagner Vitor

více-governador Luiz Fernando Pezão

Rua Senador Dantas, 71
salas 602 a 603
Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (021) 2240-8437
Fax.: (021) 2240-9454

spil
engenharia

Elevatória Victor Konder em Campo Grande
A SPIL SE ORGULHA DE PARTICIPAR DE MAIS ESSA CONQUISTA DO NOSSO ESTADO

Entrevista

José Maria de Mesquita Junior

Gestão Ambiental é um passo a mais no século XXI e uma necessidade de qualquer empresa

A Área de Gestão Ambiental – AGA-DE na CEDAE é a responsável pela coordenação e implementação da política ambiental da Companhia. Hoje, se traduz como uma forma de fazer com que as questões de sustentabilidade se tornem um tema que gere pró-atividade, explica seu Coordenador, José Maria de Mesquita Junior, há cerca de 4 anos em setor que praticamente existe desde a década de 90.

A AGA-DE coordena o GEAAS – Grupo Executivo do Ambiente e Atividades Sustentáveis, formado por três responsáveis de cada diretoria, e cuja função é justamente subsidiar a Companhia em suas diretrizes ambientais. Ao todo, 21 pessoas se reúnem mensalmente para avaliar e implementar as políticas nesta área. A sociedade hoje cobra isso das empresas, que elas se tornem pró-ativas nesta área. Não adianta mais só cumprirmos a legislação, temos que ir além”, justifica José Maria, que é engenheiro químico de formação, com especialização em Engenharia Sanitária e Mestrado em Engenharia Ambiental. Um interesse atual do setor é o de criar uma cultura interna ambiental, por



isso mantém contato com todas as diretorias, chefias operacionais, técnicos das unidades operacionais para que executem a política da Companhia, pois os setores são, antes de tudo, formadores internos de opinião em relação às práticas ambientais.

O setor também promove visitas técnicas às unidades operacionais para verificar a licença ambiental e discutir melhorias nesta área. Além disso, a AGA oferece palestras internas e externas com assuntos da área, toda última quarta-feira do mês, no auditório da UNIVERCEDAE e coordena o Centro de Visitação Am-

biental (CVA) na ETE Alegria e ETE Barra. “Nesses locais recebemos professores, alunos e pesquisadores interessados nas questões sanitárias e ambientais”, diz. José Maria acredita que o próprio departamento que coordena mostra a preocupação da CEDAE com o assunto, incluindo ainda o aproveitamento de resíduos e efluentes da ETE para geração de energia. “Cerca de 30% da energia consumida na ETE já é realizado em parceria com a COPPE e outros institutos”, revela. Ano passado, o CVA recebeu 7.142 visitantes nas duas ETES, um crescimento de 25% de participação da

população em relação a 2011. “As próprias pessoas divulgam o trabalho desenvolvido nestes locais, pois a água é uma preocupação universal”, garante.

O setor trabalha desde o ano passado com o Programa de Coleta Solidária Seletiva em todo o prédio da CEDAE e UNIVERCEDAE, onde o material é depois doado a uma cooperativa de catadores de papel, papelão, plástico e metais. Ano passado, foram coletados 262 metros cúbicos de papel, o correspondente a cerca de 43 caminhões-baú. “O interessante é que provoca a sensibilização interna e gera renda para o catador”,

acredita. A campanha começou na intranet e depois ocupou espaço na maladireta da Companhia e até nos elevadores. Hoje até as próprias latas de lixo seletivas em cada andar, além das caixas de papelão em cada departamento para a coleta de papel, se tornaram um outdoor vivo da campanha. O projeto envolve ainda a utilização de canecas pelos funcionários da CEDAE, dispensando o uso de copos de plástico. A meta é criar o hábito e disseminar a cultura em todas as áreas da vida dos funcionários. Pilhas e baterias também passaram a ter destino certo, assim como toners e cartuchos de impressoras. Em relação a um Programa de Resíduos Sólidos, estes são tratados nos licenciamentos e armazenados conforme as leis vigentes. Para este ano, o setor termina a informatização do sistema de controle com a digitalização de toda a documentação referente à outorga e licenciamento, buscando aprimorar a localização das exigências e solicitações dos órgãos competentes. Com a ajuda de todos, o setor espera buscar a Certificação do Sistema Ambiental, o documento máximo para a área. “Gostaria que cada pessoa na CEDAE tivesse no seu rol de atividades diárias, o componente ambiental bem desenvolvido, para também ser atuante na área”, finaliza.

Se essa rua fosse minha

Se essa Rua fosse minha certamente eu faria alguma coisa para salvar a sua saúde, uma vez que percebemos a inexistência de uma adequada estrutura de planejamento para desenvolver, programar e implementar o saneamento básico conforme regem as premissas de uma vida saudável. Se essa Rua fosse minha,

nela existiria uma estrutura estratégica de Planejamento do Sistema de Esgotamentos Sanitários que atuaria desde a implantação de atividades ambientais voltadas para a conscientização da necessidade do uso adequado dos sistemas de esgotos sanitários, até a efetiva aplicação da lei naqueles que os utilizam

inadequadamente, causando prejuízos para toda a sociedade. Essa estrutura estratégica de Planejamento atuaria no desenvolvimento e na pesquisa para produzir soluções efetivas e eficientes para os sistemas existentes, no que se refere à operação e manutenção, bem como, na implantação de novos sistemas, produ-

zindo desta forma saúde e bem estar social e proteção, para o meio ambiente, com o consequente benefício para toda a população local, regional, Nacional e até Mundial.

Se essa Rua fosse minha, nela voltariam a morar “amigos” como a COPES, (Comissão de Planejamen-

to de Esgotos Sanitários), como existia numa antiga rua que tinha aqui perto chamada SURSAN, dentro de uma linda vila chamada Departamento de Esgotos Sanitários, carinhosamente conhecida como DES.

Quanta saudade!

Edísio Fernandes Oliveira / GGE
Celso Henrique Carioni F. Rodrigues / GGE-ASC